

Itália bloqueia contas do País por trem-bala

Despesas da embaixada brasileira em Roma são atingidas por decisão judicial na Toscana

INGIUNGE
alla Repubblica Federativa del Brasile, sedente in CAP 70150-900, Palazzo do Planalto, Brasília, Distrito Federal, Brasile, in persona del legale rappresentante pro tempore, di pagare senza dilazione alla ricorrente Italplan Engineering, Environment & Transports s.p.a., con sede in Terranuova Bracciolini (Arezzo), loc. Le Coste II, 1^ Strada Lungarno 145/D, la somma di € 15.000.000,00 (quindicimilioni/00), oltre agli interessi legali come richiesti ed oltre alle spese del presente

Pena. Tribunal de Arezzo condena também o governo brasileiro

Fábio Fabríni / BRASÍLIA

A Justiça da Itália condenou o governo brasileiro a pagar €15,7 milhões (R\$ 36,4 milhões) e bloqueou contas bancárias que servem ao Itamaraty no país, a última na quarta-feira, para cobrir o rombo de um suposto calote aplicado pela Valec – estatal que cuida das ferrovias – em empresa italiana que elaborou projetos para o trem-bala Rio-São Paulo.

A condenação, numa ação judicial que discute um débito de €261,7 milhões (R\$ 607,8 milhões), partiu do Tribunal de Arezzo, na Toscana, e impede o uso de recursos pela Embaixada do Brasil em Roma e seus consulados, o que impõe restrições ao pagamento de pessoal e despesas de custeio.

Segundo os autos, o Brasil não apresentou defesa à sentença que lhe impôs o débito, em setembro do ano passado, o que poderia ter revertido a decisão. Como não pagou o valor em 60 dias

após a notificação, a Justiça expediu mandato de bloqueio e penhora dos recursos, o que vem ocorrendo desde janeiro.

Diante do problema de repercussões diplomáticas, o Itamaraty preferiu não pressionar politicamente o governo italiano. O Estado apurou que, devido ao desgaste do caso Cesare Battisti, a opção, por ora, foi por fazer apenas gestões para resolver o assunto no âmbito da Justiça.

Sediada em Terranuova Brac-



● **Férias**
Em meio às restrições, o embaixador do Brasil em Roma, José Viegas Filho, viajou antes ontem de férias, que começaram por um tour no Sul italiano, com retorno previsto para o dia 19.

ciolini, a Italplan Engineering alega nos autos que recebeu da Valec em 2005, após processo de seleção, a tarefa de elaborar o projeto básico, o estudo de avaliação econômico-financeira e o projeto ambiental para o trem de alta velocidade.

Processo. Nos autos, obtidos pelo Estado, a empresa apresenta atos do Ministério dos Transportes publicados no *Diário Oficial da União* e ofícios da Valec supostamente comprobatórios da requisição dos serviços. Seus advogados alegam que um escritório foi montado em Brasília e que as equipes italianas foram postas quase que integralmente a serviço do trem-bala, mas, ao ser apresentada a conta, em 2009, a Valec havia desistido de usar os projetos e se negou a pagar por eles.

Em sentença de 23 de setembro do ano passado, o Tribunal de Arezzo ordena o pagamento de €15,7 milhões para cobrir apenas as despesas imediatas da empresa, sem prejuízo de impor futuros débitos ao governo.

O Estado brasileiro foi condenado solidariamente por deter 100% dos ativos da Valec. A notificação endereçada ao Palácio do Planalto e à Advocacia-Geral da União (AGU) foi entregue em 13 de outubro à Embaixada em Roma, mas não houve questionamento à condenação.

Questionado, o Ministério das Relações Exteriores confirmou o bloqueio das contas, mas minimizou o caso, dizendo se tratar apenas de uma questão jurídica, que não prejudica as relações com a Itália. Segundo o Itamaraty, a interposição de um recurso ainda está em estudo pela sua assessoria jurídica, em conjunto com a AGU.

Em nota, a presidente da Italplan, Roberta Peccini, informou que o projeto do trem-bala foi analisado e aprovado não só pela Valec, mas o Ministério dos Transportes e o Tribunal de Contas da União (TCU). Valec não respondeu aos telefonemas e a e-mail enviado pelo Estado à assessoria de imprensa.

Informe Publicitário

ENTIDADES APONTAM RETROCESSOS DA AGENDA AMBIENTAL NO GOVERNO DILMA

O primeiro ano do governo Dilma Rousseff foi marcado pelo maior retrocesso da agenda socioambiental desde o final da ditadura militar, invertendo tendência de aprimoramento que vinha desde 1988, e cujo ápice foi a queda do ritmo de desmatamento na Amazônia no Governo Lula.

A flexibilização da legislação, com a negociação para aprovação de um Código Florestal indigno desse nome, e a Regulamentação do Artigo 23 da Constituição Federal, através da Lei Complementar 140, recentemente aprovada, são os casos mais graves. A lista de retrocessos inclui ainda a interrupção dos processos de criação de unidades de conservação, chegando mesmo à inédita redução de várias dessas áreas de preservação na Amazônia por Medida Provisória. É também significativo desse descaso o congelamento dos processos de reconhecimento de terras indígenas e quilombolas ao mesmo tempo em que os órgãos públicos aceleram o licenciamento de obras com claros problemas ambientais e sociais.

Diante desses retrocessos apontados, as organizações da sociedade que apoiam o desenvolvimento não destrutivo e estão preocupadas com a preservação do equilíbrio socioambiental divulgaram Carta Aberta em que apelam para que a Presidente cumpra os compromissos assumidos em campanha e retome a implementação da agenda de sustentabilidade no País. Somente uma ação forte nesse sentido evitará os graves prejuízos para a sociedade brasileira e que o Brasil viva o vexame de ser ao mesmo tempo anfitrião e vilão da reunião Rio+20, em junho deste ano.

Instituto Socioambiental - ISA
Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS
Fundação SOS Mata Atlântica
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - Ipam
Rios Internacionais - Brasil
Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA)
Grupo de Trabalho Amazônica (Rede GTA)
Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi)
Associação Alternativa Terrazul
WWF Brasil
PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social
Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará - Cedenpa
Gambá - Grupo Ambientalista da Bahia
Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
4 Cantos do Mundo
Apromac – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte
Organização Bio-Bras
Toxisphera Associação de Saúde Ambiental
Instituto para o Desenvolvimento Ambiental

Leia a íntegra do documento no site www.socioambiental.org

FIFA WORLD CUP Brasil
PATROCINADORA OFICIAL

A HYUNDAI NÃO TEVE AUMENTO DE IPI PORQUE TEM FÁBRICA NO BRASIL

CÂMBIO AUTOMÁTICO DE 6 VELOCIDADES COM PADDLE SHIFT NO VOLANTE.

SISTEMA DE IGNIÇÃO KEYLESS COM SENSOR DE PROXIMIDADE E BOTÃO START/STOP.

FARÓIS DE XENON HID COM ACESSO AUTOMÁTICO PARA MAIOR VISIBILIDADE E SEGURANÇA.

8 AIR BAGS DE TECNOLOGIA AVANÇADA. FRONTALS, LATERAIS E DE CORTINA. FREIOS ABS DE 4 CANAIS.

SISTEMA DE SOM COM CONTROLE PARA IPOD, ENTRADA USB, ENTRADA AUXILIAR, MP3, DISQUETEIRA NO PAINEL PARA 6 CDS E SUBWOOFER.

BANCOS DE COURO COM REGULAGEM ELÉTRICA, TRÊS POSIÇÕES DE MEMÓRIA E SISTEMA DE AQUECIMENTO E RESFRIAMENTO.

Respeite a sinalização de trânsito.

www.hyundai-motor.com.br DISTRIBUIDORES EM TODO O PAÍS: 0800 55 95 45